



PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO
ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE
INTERNO

ANEXO III-2.2 / ITEM 02 / RELUCI

EXERCÍCIO DE 2024



Prefeito Municipal

Alessandro Broedel Torezani

Controlador Geral

Higor Gonçalves de Barros

Subcontroladora Geral

Celyza do Espírito Santo Borsaneli



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 4 |
| 1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CONTROLADORIA GERAL..... | 5 |
| 2. DA FORMALIZAÇÃO | 6 |
| 3. DA ANÁLISE DAS CONTAS | 7 |
| 4. PARECER CONCLUSIVO | 16 |



INTRODUÇÃO

Considerando que o art. 4º, II da IN TCE-ES 68 de 08 de dezembro de 2020, define Prestação de Contas Anual (PCA) como sendo o “conjunto de demonstrativos contábeis derivados da PCM, dos relatórios de gestão e das demais peças e documentos necessários à constituição da prestação de contas dos responsáveis, nos termos do Anexo III” e;

Considerando as determinações contidas na referida IN e respeitando ainda o disposto nos artigos 70 e 74, da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF, Lei Complementar nº 621/2012, Resolução TCE-ES nº 227/2011, alterada pela Resolução 257/13, Resolução TCE-ES nº 261/2013, Lei Municipal nº 861/2017 de 27/11/17 e Instrução Normativa SCI nº 005/2014 – Versão 02.

Considerando também a Resolução TC nº 297 de 30 de agosto de 2016 e suas posteriores alterações, expedida pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo com a finalidade de regulamentar e padronizar os procedimentos de análise e prestação de contas anuais que lhe são submetidas para fins de apreciação e emissão de parecer prévio e de julgamento.

A Controladoria Geral do Município de Sooretama, Órgão Central do Controle Interno, no exercício de sua missão institucional e, em cumprimento as suas obrigações legais, apresenta o corrente relatório e parecer conclusivo.

O documento em comento comporá a Prestação de Contas de Gestão relativa ao exercício financeiro de 2024 da Prefeitura de Sooretama, que teve como responsável legal o senhor Alessandro Broedel Torezani e o Senhor Higor Gonçalves de Barros, como Controlador Geral.



1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Determina a Constituição Federal, em seu artigo 31, que a fiscalização do Município seja exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo e, pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da Lei.

Para assegurar o cumprimento do ordenamento legal, foi criado o Sistema de Controle Interno do Município de Sooretama, por meio da Lei Complementar nº 03, de 03 de março de 2011, atualizada pela Lei nº 861, de 27 de novembro de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 959 de 28 de dezembro 2017.

A Unidade Central de Controle Interno encontra-se situada no térreo do Prédio da Prefeitura, ocupando uma sala. Quanto aos recursos tecnológicos, dispõe de 02 (dois) computadores e uma impressora. Informo que os recursos físicos empregados na controladoria são escassos e não possuem um bom desempenho como computadores e impressora o que limita o desempenho do setor em certas atividades pertinentes.

A Controladoria Geral, conta atualmente com dois servidores: o Controlador Geral, que possui a formação acadêmica a nível de Bacharelado em Direito com registro na ordem dos advogados do Brasil e a Subcontroladora Geral servidora efetiva do quadro do executivo municipal com formação acadêmica em Bacharelado em Direito com registro na ordem dos advogados do Brasil.

A unidade central de controle interno conta com o auxílio do servidor Sebastião Cardoso dos Santos, Assessor Contábil e Financeiro do município que possui formação acadêmica a nível de Bacharelado em Ciências Contábeis com registro no respectivo conselho de classe – CRC, o mesmo auxilia a controladoria geral no período da prestação de contas anual do gestor, considerando as análises contábeis pertinentes nos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES.



2. FORMALIZAÇÃO

A presente Prestação de Contas foi elaborada respeitando as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, especialmente a IN TCE-ES nº 68/2020 e posteriores alterações.

Vale ressaltar que os arquivos que compõem a prestação de contas foram assinados eletronicamente pelo gestor responsável por seu encaminhamento, pelo responsável técnico pela contabilidade e pelo responsável pelo controle interno, quando for o caso.



3. DA ANÁLISE DAS CONTAS

Em atenção ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, e, observando as regras estabelecidas na Resolução TC nº 297/2016 e Instrução Normativa TC nº 68/2020, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Para tanto foram realizadas, pela servidora formada em Ciências Contábeis, análises de consistência dos dados apresentados nos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, e também verificada as conciliações bancárias e a compatibilidade dos registros de bens móveis e imóveis com os inventários.

3.1. Gestão orçamentária, financeira e fiscal

3.1.1 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados.

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar não processados do exercício de 2024, informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa empenhada, menos total da despesa liquidada informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Restos a pagar não processados | |
|--------------------------------|------------------|
| Balanço Financeiro (a) | R\$ 3.441.720,52 |
| Balanço Orçamentário (b) | R\$ 3.441.720,52 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.



3.1.2 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados

Entende-se que o valor da inscrição de restos a pagar processados do exercício de 2024, informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao total da despesa liquidada, menos total da despesa paga informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| Restos a pagar processados | |
|----------------------------|------------------|
| Balanço Financeiro (a) | R\$ 1.037.465,53 |
| Balanço Orçamentário (b) | R\$ 1.037.465,53 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.3 Comparando o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar não processados pagos no exercício em análise

Entende-se que o valor informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Orçamentário.

| Restos a pagar não processados pagos no exercício | |
|---|------------------|
| Balanço Financeiro (a) | R\$ 8.541.219,11 |
| Balanço Orçamentário (b) | R\$ 8.541.219,11 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.



3.1.4 Comparando o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação aos restos a pagar processados pagos no exercício em análise

Entende-se que o valor informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Orçamentário.

| Restos a pagar processados pagos no exercício | |
|---|------------------|
| Balanço Financeiro (a) | R\$ 1.774.593.14 |
| Balanço Orçamentário (b) | R\$ 1.774.593.14 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.5 Análise da execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência informada no Balanço Orçamentário

Entende-se que não deve haver execução orçamentária na dotação Reserva de Contingência no Balanço Orçamentário.

| Execução de despesa na dotação Reserva de Contingência | |
|--|----------|
| Despesa Empenhada | R\$ 0,00 |
| Despesa Liquidada | R\$ 0,00 |
| Despesa Paga | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Orçamentário – Sistema Cidades 25/03/2024

Verificou-se, com base nas informações do Balanço Orçamentário a ausência de execução de despesa orçamentária na dotação “Reserva de Contingência”.



3.1.6 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à receita orçamentária

Nota-se que o total da receita orçamentária do exercício de 2024, informada no Balanço Financeiro, é igual ao total da receita orçamentária, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Total da Receita Orçamentária | |
|-------------------------------|--------------------|
| Balanço Financeiro (a) | R\$ 187.291.753,60 |
| Balanço Orçamentário (b) | R\$ 187.291.753,60 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.7 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Orçamentário em relação à despesa orçamentária

Entende-se que o total da despesa orçamentária do exercício de 2024, informada no Balanço Financeiro, deve ser igual ao total da despesa orçamentária, informada no Balanço Orçamentário, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Total da Despesa Orçamentária | |
|-------------------------------|--------------------|
| Balanço Financeiro (a) | R\$ 157.588.807,43 |
| Balanço Orçamentário (b) | R\$ 157.588.807,43 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Orçamentário x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.8 Análise da despesa executada em relação à dotação atualizada

Entende-se que o valor da despesa executada no Balanço Orçamentário deve ser menor ou igual à dotação orçamentária atualizada, conforme demonstrado na tabela a seguir:



| Execução da Despesa Orçamentária | |
|----------------------------------|-------------------------|
| Despesa Empenhada (a) | R\$ 157.588.807,43 |
| Dotação Atualizada (b) | R\$ 160.735.023,97 |
| Saldo da dotação (a -b) | -R\$3.146.216,54 |

Fonte: Balanço Orçamentário – Sistema Cidades

Pelo exposto, verifica-se que não houve execução orçamentária da despesa em valores superiores à dotação atualizada.

3.1.9 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício anterior da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa (exercício anterior) informado no Balanço Financeiro deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício anterior), conforme demonstrado na tabela a seguir:

| Caixa e Equivalente de Caixa (exercício anterior - 2023) | |
|--|-------------------|
| Balanço Financeiro (a) | R\$ 29.012.247,41 |
| Balanço Patrimonial (b) | R\$ 29.012.247,41 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial x Balanço Financeiro – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.10 Comparativo entre o Balanço Financeiro e o Balanço Patrimonial em relação ao saldo do exercício atual da conta Caixa e Equivalentes de Caixa

Entende-se que o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de 2022, informado no Balanço Financeiro, deve ser igual ao informado no Balanço Patrimonial (coluna exercício atual), conforme demonstrado na tabela abaixo:

| Caixa e Equivalente de Caixa (exercício atual - 2024) | |
|---|-------------------|
| Balanço Financeiro | R\$ 24.375.789,10 |
| Balanço Patrimonial | R\$ 24.375.789,10 |
| Divergência | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial x Balanço Financeiro – Sistema Cidades



De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.11 Comparativo entre a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Patrimonial em relação ao resultado patrimonial

Entende-se que o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser igual ao resultado do exercício no patrimônio líquido do Balanço Patrimonial, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| Resultado Patrimonial (exercício anterior) | |
|--|-----------------------|
| DVP (a) | R\$ R\$ 20.365.312,45 |
| Balanço Patrimonial (b) | R\$ R\$ 20.365.312,45 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |
| Resultado Patrimonial (exercício atual) | |
| DVP (a) | R\$ 36.187.893,65 |
| Balanço Patrimonial (b) | R\$ 36.187.893,65 |
| Divergência (a-b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial x DEMVAP – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.12 Análise entre os totais dos saldos devedores e dos saldos credores

Neste ponto destacamos que os saldos devedores deverão estar iguais aos saldos credores, na comparação realizada entre o balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

| Comparativo dos saldos devedores e credores | |
|--|---------------------------|
| SalDOS Devedores (a) = I + II | R\$ 349.857.194,72 |
| Ativo (BALPAT) – I | R\$ 159.670.162,13 |
| Variações Patrimoniais Diminutivas (DEMVAP) - II | R\$ 190.187.032,59 |
| SalDOS Credores (b) = III – IV + V | R\$ 349.857.194,72 |
| Passivo (BALPAT) – III | R\$ 159.670.162,13 |
| Resultado Exercício (BALPAT) – IV | R\$ 36.187.893,65 |
| Variações Patrimoniais Aumentativas (DEMVAP) - V | R\$ 226.374.926,24 |
| Divergência (c) = (a) - (b) | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial x DEMVAP – Sistema Cidades



De acordo com os dados apresentados acima os demonstrativos contábeis estão compatíveis, não havendo necessidade de recomendações.

3.1.13 Comparativo entre o saldo contábil das disponibilidades e o saldo bancário evidenciados no Termo de Verificação das Disponibilidades

Na tabela a seguir, demonstram-se os valores retirados dos extratos bancários e demonstrações em análise:

| Disponibilidade de Caixa | |
|--------------------------|---------------------|
| Saldo Bancário | R\$ 24.384.108,23 |
| Saldo Contábil | R\$ 24.375.789,10 |
| Divergência | R\$ 8.319,13 |

Fonte: TVDISP

De acordo com a conciliação bancária analisada houve uma diferença no valor de R\$ 8.319,13 (oito mil, trezentos e dezenove e treze centavos) entre saldo contábil e saldo bancário. Diante disso, este controle interno verificou com o setor de contabilidade, questionando e recomendando os devidos ajustes. O setor contábil se comprometeu a fazer os ajustes necessários no exercício vigente.

| Caixa e Equivalente de Caixa (exercício atual) | |
|--|-------------------|
| Balanço Financeiro | R\$ 24.375.789,10 |
| Balanço Patrimonial | R\$ 24.375.789,10 |
| DEMFC | R\$ 24.375.789,10 |
| Divergência | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial x Balanço Financeiro x DEMFC – 25/03/2025

De acordo com os registros constantes dos extratos bancários e contábeis, no encerramento do exercício financeiro de 2024, relativos às disponibilidades financeiras em conta corrente/aplicação, verifica-se que as demonstrações contábeis refletem adequadamente os saldos constantes dos extratos bancários.



3.2 Gestão patrimonial

3.2.1 Comparativo entre o saldo contábil dos demonstrativos contábeis e o valor dos inventários de bens

A análise dos registros patrimoniais restringiu-se em avaliar a compatibilidade dos valores demonstrados nas contas de estoques e de bens móveis, imóveis e intangíveis do Balanço Patrimonial, com os saldos apresentados nos relatórios INVALM, INVIMO, INVINT E INVIMOV, conforme demonstrado abaixo:

| Estoques, Imobilizado e Intangíveis | | | |
|--|--------------------------------|-----------------------|------------------------|
| Descrição | Balanço Patrimonial (a) | Inventário (b) | Diferença (a-b) |
| Estoques | R\$ 123.000,54 | R\$ 123.000,54 | R\$ 0,00 |
| Bens Móveis | R\$ 27.945.260,96 | R\$ 27.945.260,96 | R\$ 0,00 |
| Bens Imóveis | R\$ 110.687.224,71 | R\$ 110.687.224,71 | R\$ 0,00 |
| Bens Intangíveis | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |

Fonte: Balanço Patrimonial x INVALM, INVIMO, INVINT E INVIMOV – Sistema Cidades

De acordo com os dados apresentados acima o valor inventariado dos bens, foi devidamente evidenciado nas contas contábeis, não havendo necessidade de recomendações.



3.3 Dívida Ativa

A Dívida Ativa Municipal é considerada um crédito do ente público que deriva de débitos dos contribuintes com relação à arrecadação dos tributos municipais ou não. A tabela abaixo demonstra os valores da dívida ativa em 31/12/2024 conforme demonstrativo contábil da Secretaria Municipal de Tributos:

| DÍVIDA ATIVA | | |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Tributária | Não tributária | TOTAL |
| R\$ 9.248.450,99 | R\$ 16.580.591,27 | R\$ 25.829.042,26 |

Fonte: Balanço Patrimonial x Relatório Dívida Ativa – Sistema Cidades

4. PARECER CONCLUSIVO

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno examinou apenas os pontos de controle indicados no relatório, referente à prestação de contas anual do exercício de 2024, que tem como ordenador de despesas o senhor Alessandro Broedel Torezani, com o objetivo de:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade gestora, bem como a aplicação responsável dos recursos públicos;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o escopo dos pontos analisados, informamos que não constatamos irregularidades que houvesse necessidade de apresentar proposições ao gestor responsável, entretanto as inconsistências encontradas foram devidamente respondidas e corrigidas. Portanto, a presente prestação de contas encontra-se apta para avaliação e julgamento deste Egrégio Tribunal.



Sooretama-ES, 27 de março de 2025

HIGOR GONÇALVES DE BARROS

Controlador Geral Municipal
Decreto 07/2025

SEBASTIÃO CARDOSO DOS SANTOS

Assessor Contábil e Financeiro
Decreto 026/2025
CRC/ES 014550/O